



MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo Nº: 2575/24

Rubrica: e Fls: 02

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades

PROTOCOLO

Identificador: 5dd008aa-e760-4d1e-abb3-29fce214612b
Protocolo: Processo Requerimento Nº 002575/2024
Data: 01/02/2024 14:04:04
Origem: COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA
*** contatos indisponíveis ***
Contato: COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA
*** contatos indisponíveis ***
Protocolador: MATEUS DE CASTRO
Assunto: IMPUGNAÇÃO - LICITAÇÃO
Detalhamento: IMPUGNAÇÃO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

| Nº | Origem | Destino | Movimentação | Situação |
|----|--|----------------------------|---|----------|
| 1 | Prefeitura Municipal de Nova Friburgo MATEUS DE CASTRO 01/02/2024 14:04:15 | APOIO A COMISSAO DE PREGAO | Segue protocolo para as devidas providências. | Enviada |



Milano

Estrada Velha do Pilar, 1083
Bairro Chácara Rio Petrópolis
Duque de Caxias - RJ - 25243-260
(21) 3527-8797
www.milano-brasil.com.br

| | |
|--------------|---------|
| Processo Nº: | 2575/24 |
| Subscrição | 03 |

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 272/2023 DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ

Pregão nº 272/2023
Processo Administrativo nº 29977/2023

COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA, empresa inscrita no CNPJ sob o nº 01.920.177/0001-79, com sede à Estrada Velha do Pilar, nº 1083, Chácara Rio Petrópolis, Duque de Caxias, Rio de Janeiro, por seu procurador infra firmado, vem à presença de V. S^a, com fundamento na Lei 10520 de 17/07/02 e no item 22 do Edital, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da decisão que declarou a empresa **COMERCIAL DESTAQUE LTDA**, vencedora do certame, uma vez que, conforme restará demonstrado nas razões abaixo, a Recorrida deixou de atender aos termos do Edital.

DOS FATOS

O procedimento em questão foi deflagrado sob a modalidade de pregão, para Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios (leite em pó e fórmulas infantis especiais) para confecção da merenda escolar nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino.

A Recorrida foi declarada vencedora do certame e julgada habilitada após a análise documental e de amostras.

Ao analisar os documentos apresentados pela Recorrida a Recorrente verificou que a empresa deixou de cumprir as regras insertas no Edital, em especial a cláusula 19.3, sendo certo que tal exigência foi imposta a todos os participantes, logo, pelo princípio da isonomia deveria ter sido cumprida pela Recorrida.

Portanto, vem pelo presente interpor Recurso Administrativo quanto a decisão que julgou a empresa **COMERCIAL DESTAQUE LTDA** habilitada para o certame a fim de que a decisão seja revista e reformada, em obediência ao princípio da legalidade, da isonomia e da vinculação ao edital.

DO DIREITO

As regras editalícias não deixam margem a interpretações pessoais das licitantes, desta forma, pelo princípio da isonomia, devem ser observadas por todos os participantes de forma igualitária sob pena de inabilitação para prosseguimento no certame.

Não é admissível que, em detrimento as demais empresas licitantes que obedeceram as normas do Edital, a empresa recorrida seja declarada habilitada mesmo estando em desacordo com o instrumento convocatório.

A cláusula 15.11 do Edital prevê que a licitante que não atender as exigências de habilitação será desclassificada, passando o pregoeiro a analisar as propostas subsequentes:

ROSE MARY LEITE
FRADE
CAVALIERI:41129962
687

Assinado de forma digital por
ROSE MARY LEITE FRADE
CAVALIERI:41129962687
Dados: 2024.01.29 17:45:41
-03'00'



Milano

Estrada Velha do Pilar, 1083
Bairro Chácara Rio Petrópolis
Duque de Caxias - RJ - 25243-260
(21) 35278797
www.milano-brasil.com.br

Processo Nº: 2545/24
Rubrica: F. Fls: 04

15.11 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no item 15.6.

A Recorrida deixou de apresentar o documento previsto no item 19.3 do Edital que estipulou que as empresas sediadas fora do Município de Nova Friburgo deveriam apresentar o SIF-DIPOA do sede da sua empresa. No caso, a Recorrida fica localizada na cidade de Presidente Kennedy no Estado do Espírito Santo:

19. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

19.3 - No caso de empresas sediadas fora do município de Nova Friburgo, Certificado do SIF- DIPOA – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, ou SIE e/ou Título de Relacionamento emitido pela Delegacia Federal do Ministério da Agricultura da sede da empresa;

Diante da não apresentação de documento necessário a comprovar a sua qualificação técnica, deveria a Recorrida ter sido inabilitada para o certame, uma vez que a comprovação de que está regular perante aos Órgãos de controle é essencial para que a Administração possa efetuar uma aquisição segura.

O Edital é claro e vincula todos os licitantes. É a lei da licitação no caso concreto, não sendo facultado à Administração usar de discricionariedade para desconsiderar determinada exigência do instrumento convocatório. O descumprimento das cláusulas constantes do Edital implica na desclassificação da proposta ou inabilitação da licitante, pois, do contrário, estaria afrontando os princípios norteadores da licitação, expressos no art. 3º da Lei n.º 8.666/93:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

É indiscutível que as regras editalícias tornam-se lei entre as partes, assemelhando-se a um contrato de adesão cujas cláusulas são elaboradas unilateralmente pela Administração Pública, neste sentido o artigo 41 da Lei nº 8.666/93 assim prevê:

"A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada".

Neste entendimento, o edital, por ser lei, vincula com os seus termos tanto à Administração, que estará estritamente subordinada a seus próprios atos, quanto às licitantes.

A Administração e as licitantes ficam restritas ao que lhes é solicitado ou permitido no Edital, quanto ao procedimento, à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato.

Segundo Hely Lopes Meirelles, "nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse

ROSE MARY LEITE FRADE
CAVALIERI:41129962687

Assinado de forma digital por
ROSE MARY LEITE FRADE
CAVALIERI:41129962687
Dados: 2024.01.29 17:45:59 -03'00'

**Milano**

Estrada Velhada do Pilar, 1083
Bairro Chácara Rio Petrópolis
Duque de Caxias - RJ - 25243-260
(21) 35278797
www.milano-brasil.com.br

| | |
|--------------|---------|
| Processo Nº: | 2575/24 |
| Rubrica | Fls: 05 |

documentação e proposta em desacordo com o solicitado. O edital é a lei da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41)"

Não tem sido diferente o entendimento jurisprudencial quanto ao tema, senão vejamos:

" (...) Ao descumprir normas editalícias, a Administração frustra a própria razão de ser da licitação e viola os princípios que direcionam a atividade administrativa, tais como: o da legalidade, da moralidade e da isonomia" (MS 5597/DF, 1ª Turma, Ministro Demócrito Reinaldo, LEXSTJ vol. 110, p. 60).

"A Administração Pública não pode descumprir as normas legais, tampouco as condições editalícias, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Lei 8.666/93, art.41) REsp nº 797.179/MT, 1ª T., rel. Min. Denise Arruda, j. em 19.10.2006, DJ de 07.11.2006)" .

DO PEDIDO

Ante todas as razões expostas no presente, vem pelo presente requerer:

- 1- O recebimento e processamento do presente Recurso Administrativo;
- 2- A Inabilitação da Recorrida pelo descumprimento das regras editalicias;
- 3- Na remota hipótese de não acatamento do presente Recurso que seja remetido a autoridade superior.

O deferimento do Recurso garantirá a manutenção dos princípios constitucionais que devem nortear os procedimento licitatórios, entre eles o princípio da legalidade, da isonomia e da vinculação ao edital.

Aguarda deferimento.

COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA.

ROSE MARY Assinado de forma
digital por ROSE
LEITE FRADE MARY LEITE FRADE
CAVALIERI:41129962
CAVALIERI:4 687
1129962687 Dados: 2024.01.29
17:46:31 -03'00'



00-2021/587922-8

LUCERJA

Útimo arquivamento:

00004083080 - 11/06/2021

NIRE: 33.2.0578759-0

COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA

Boleto(s):

Hash: 932DBF84-B055-4996-BA3C-CF13909110A1

| Orgão | Calculado | Pago |
|-------|-----------|--------|
| Junta | 414,00 | 414,00 |
| DNRC | 0,00 | 0,00 |

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.0578759-0

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Normal

Nome

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA

Código Ato

Eventos

002

| Cód | Qtde. | Descrição do Ato / Evento |
|-----|-------|--|
| 021 | 1 | Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial) |
| XXX | XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX |
| XXX | XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX |
| XXX | XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX |
| XXX | XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX |

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR LÍVIA JOURDAN DA CRUZ SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

Deferido em 02/12/2021 e arquivado em 02/12/2021

| | |
|---------------|-----------------|
| Nº de Páginas | Capa Nº Páginas |
|---------------|-----------------|

12

1/1

Jorge Paulo Magdaleno Filho

SECRETÁRIO GERAL

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA

NIRE: 332.6578759-0 Protocolo: 00-2021/587922-8 Data do protocolo: 02/12/2021

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 02/12/2021 SOB O NÚMERO 00004659388 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 56504F21F6709503E4EE3FEB679B6631A003CB91080292EB7717E47159BE9F88

Para validar o documento acesse <http://www.juceria.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



assunto digitalmente

Pag. 01/12



Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.0578759-0

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2021/587922-8

JUCERJA

Último arquivamento:

00004083080 - 11/06/2021

NIRE: 33.2.0578759-0

COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA

Boleto(s): 103875614

Hash: 932DBF84-B055-4996-BA3C-CF13909110A1

Processo Nº: 1535/24
Rubrica: 02/12/2021 14:52:53
Fls: 04

| Orgão | Calculado | Pago |
|-------|-----------|--------|
| Junta | 414,00 | 414,00 |
| DREI | 0,00 | 0,00 |

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código
do Ato

002

| Código Evento | Qtde. | Descrição do ato / Descrição do evento |
|------------------|-------|--|
| 021 | 1 | Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial) |
| XXX | XXX | XX |
| XXX | XXX | XX |
| XXX | XXX | XX |
| XXX | XXX | XX |

Requerente

| | |
|----------------------|---|
| Nome: | Tiago Felipe Costa de Macedo |
| Assinatura: | ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo |
| Telefone de contato: | 21964354049 |
| E-mail: | tiago@tiagofcmacedo.com.br |
| Tipo de documento: | Digital |
| Data de criação: | 02/12/2021 |
| Data da 1ª entrada: | |

Rio de Janeiro

Local

02/12/2021

Data



00-2021/587922-8

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA

NIRE: 33.2.0578759-0 Protocolo: 00-2021/587922-8 Data do protocolo: 02/12/2021

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 02/12/2021 SOB O NÚMERO 00004659388 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 56504F21F6709503E4EE3FEB679B6631A003CB91080292EB7717E47159BE9F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCERJA
Assinado digitalmente

Pag. 02/12

COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA.
TRIGÉSIMA OITAVA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 01.920.177/0001-79
NIRE: 3320578759-0 DE 03/06/1997

SEPASA SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S/A, empresa com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Rua da Quitanda, 86, Complemento: 86A, Centro, CEP 20.091-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.643.830/0001-30, NIRE: 33300306544 de 26/02/2013, neste ato representada por seu Diretor **Antonio Mantuano De Luca**, brasileiro, comerciante, portador da carteira de identidade nº 130172612, expedida pelo DIC-DETRAN/RJ e CPF sob o nº 298.348.057-72, residente e domiciliado na Av. Prefeito Dulcídio Cardoso, nº 2915 – Bloco 01 – Apto 701, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.630-021, portador da carteira de identidade número 051726396 expedida pelo IFP/RJ e CPF número 017.980.797-80.

GRA PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, empresa estabelecida na cidade de Duque de Caxias /RJ, na Estrada Velha do Pilar, 15, apto 201, Figueira, CEP 25.230-610, inscrita no CNPJ. Sob o número 17.385.017/0001-07, NIRE: 33600036470 de 26/12/2012 neste ato representada por **SEPASA SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S/A**, empresa com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Rua da Quitanda, 86, Complemento: 86A, Centro, CEP 20.091-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.643.830/0001-30, NIRE: 33300306544 de 26/02/2013 através de seu Diretor **José Mantuano De Luca Filho**, brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro Rua Almirante Guilhem, 218, Apto. 401, Leblon, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22440-000, portador da carteira de identidade número 051726396 expedida pelo IFP/RJ e CPF número 017.980.797-80.

Únicos sócios da Sociedade Empresária Limitada denominada **COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA.**, com sede na cidade de Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro na Estrada Velha do Pilar número 1083 – Figueira – CEP. 25.230-610 – Inscrita no CNPJ sob o número 01.920.177/0001-79, cujo Contrato Social encontra-se devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o número 3320578759-0 por despacho em sessão de 03 de junho de 1997 e demais alterações também registradas naquele Órgão.

Resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito proceder às seguintes alterações no Contrato Social da Sociedade:

38ª Alteração de Contrato Social Comercial Milano Brasil Ltda.

Página 1 de 9

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA

NIRE: 332.0578759-0 Protocolo: 00-2021/587922-8 Data do protocolo: 02/12/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 02/12/2021 SOB O NÚMERO 00004659388 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 56504F21F6709503E4EE3FEB679B6631A003CB91080292EB7717E47159BE9F86

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCERJA
assinado digitalmente

Pag. 03/12

1. Alteração da Cláusula de Gerência.

Face as alterações ocorridas no Estado Civil e Nome da Administradora Geral – retifica-se o preambulo da referida cláusula – permanecendo sem alterações todos os seus parágrafos:

Cláusula Sétima – A sociedade será administrada de forma isolada pela administradora não sócia e Diretora Executiva **Rose Mary Leite Frade Cavalieri** brasileira, casada sob o regime de separação de bens, advogada, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Prof. Dulcídio Cardoso número 1315, ap. 1001 – Bloco 01 – Barra da Tijuca, CEP. 22620-310, portadora da carteira de identidade número 37979556 SSP/SP e CPF. 411.299.626-87, designada como “Diretora Executiva” a qual terá poderes para praticar todos os atos necessários ou convenientes à administração da sociedade.

Permanecendo inalteradas todas as demais informações prestadas nos instrumentos registradas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

À vista da modificação ora ajustada, se consolidada o Contrato Social que passa a ter a seguinte redação:

COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA.
CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
CNPJ: 01.920.177/0001-79
NIRE: 3320578759-0 DE 03/06/1997

Cláusula Primeira – A sociedade girará sob o nome empresarial de **COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA**, e terá sua sede e domicílio na cidade de Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro, na Estrada Velha do Pilar número 1083 - Figueira – CEP. 25.230-610 e as seguintes filiais:

| | | | |
|-----------|---|--------------------------|---------------------------------|
| 07 | FILIAL SÃO PAULO | NIRE: 35903554703 | CNPJ: 01.920.177/0007-64 |
| | Na cidade de São Paulo, estado de São Paulo na Av. Mutinga número 4869 e 4925 – Pirituba – CEP. 05110-000 | | |
| 08 | FILIAL NOGUEIRAS | NIRE: 33901065851 | CNPJ: 01.920.177/0008-45 |
| | Na cidade de Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro na Estrada das Nogueiras número 206 – QD15 LT11 – Chácara Rio Petrópolis – CEP. 25.230-115 | | |
| 10 | DEPOSITO RIO D'OURO | NIRE: 33901112671 | CNPJ: 01.920.177/0010-60 |

Comercial Milano Brasil Ltda. – 38ª Alteração de Contrato Social

2

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA

NIRE: 332.0578759-0 Protocolo: 00-2021/587922-8 Data do protocolo: 02/12/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 02/12/2021 SOB O NÚMERO 00004659388 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 56504721F6709503E4EE3FEB679B6631A003CB91080292EB7717E47159BE9F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCERJA
 assinado digitalmente

Pag. 04/12

| | | |
|---|----------------------------|---|
| Na cidade de Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro na Estrada Rio D'Ouro s/nº -- KM. 50 -- Xerém -- CEP. 25.245-810 | | |
| 11 | FILIAL NOGUEIRAS II | NIRE:33901392615 CNPJ: 01.920.177/0011-40 |
| Na cidade de Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro, na Estrada Nogueiras número 1205 -LT8B -- QD13 -- Chácara Rio- Petrópolis -- CEP. 25.230-115 | | |
| 12 | FILIAL ARQUIVO | NIRE: 33901411920 CNPJ: 01.920.177/0012-21 |
| Avenida Miguel Lemos número 480, Lotes 12 -13 e 36 da Quadra 21 -- Chácara Rio Petrópolis CEP. 25.231-260 - nesta cidade de Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro | | |
| 13 | FILIAL MANAUS | CNPJ: 01.920.177/0013-02 |
| Avenida Vera Cruz número 730 -- Lírio do Vale - salas 03 e 05 -- CEP. 69.038- 270 -- Na cidade de Manaus, estado do Amazonas. | | |

Cláusula Segunda -- O capital social é de **R\$ 7.000.000,00** (Sete milhões de reais) divididos em **7.000.000** (Sete milhões) de cotas no valor nominal de **R\$ 1,00** (Um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente no País, ficando assim distribuído entre os sócios:

| Quotistas | Quotas | Valor Capital | % |
|-------------------------------------|---------------------|---------------------|----------------|
| SEPASA Serviços e Participações S/A | 6.989.000,00 | 6.989.000,00 | 99,84% |
| GRA Participações e Serviços EIRELI | 11.000,00 | 11.000,00 | 0,16% |
| Total | 7.000.000,00 | 7.000.000,00 | 100,00% |

Cláusula Terceira - O objeto da sociedade é:

- a) A comercialização de pescados, frutos do mar, carnes, frutas, verduras, legumes e cereais, batata frita, laticínios em geral, leite em pó, massas alimentícias, farinhas e fermentos, pães, pães de queijo, pizzas, macarrão, biscoitos, doces e pó para fabricação de doces em geral, incluindo geleias, gelatinas, bombons, balas, confeitos, mel e cacau em pó, sucos de frutas, legumes e concentrados, água mineral, refrigerantes, sucos, iogurtes, hortifrutigranjeiros, cestas básicas, produtos de higiene e limpeza, embalagens e material de escritório em geral, uniformes profissionais em geral.
- b) Comercialização de cestas natalinas, ração animal e fórmulas lácteas.
- c) Prestação de serviços de Empreitada de mão de obra para Apoio Administrativo, Vigilância, Limpeza e Conservação, e ainda a produção, preparação, comercialização e distribuição de refeições e alimentação para indústria, repartições públicas e autárquicas em geral, em local próprio ou designado por terceiros e/ ou contratantes.

Comercial Milano Brasil Ltda. --38ª Alteração de Contrato Social

3

- d) Fabricação, industrialização, beneficiamento, distribuição, comercialização, importação, exportação ou negociação de laticínios, lácteos, leite em pó, manteigas, queijos, iogurtes e outros produtos derivados do leite.
- e) Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas com atividade de fracionamento e acondicionamento associadas.
- f) Transporte Rodoviário de Cargas em Geral.
- g) Logística compreendendo as atividades de transporte, movimentação de materiais, armazenamento, processamento de pedidos e gerenciamento de informações.
- h) Importação e exportação dos produtos objeto da sua atividade social.
- i) Gestão, apoio, guarda e manuseio de documentos de terceiros inclusive com serviços de entrega e apanha de documentos, em qualquer meio: digital, físico, magnético ou microfilme.
- j) Consultoria em Tecnologia da Informação.
- k) Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.
- l) Armazenagem de medicamentos, produtos relacionados à saúde, cosméticos, saneantes e produtos correlatos em todas as suas unidades.
- m) Comércio e distribuição de bebidas alcoólicas e não alcoólicas, destiladas, chope, cerveja, refrigerantes, água, sucos, aguardentes, cachaça, caninha, conhaque, licores e cremes, rum, saquê, whisky (uísque) vinhos, etc.
- n) Armazenamento, expedição, distribuição e transportar medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial pela portaria SVS/MS nº 344/98, correlatos e saneamentos domissanitários.
- o) Padaria e Confeitaria.
- p) Fabricação de Produtos de panificação industrial.
- q) Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria
- r) Atividades de Biblioteca e Arquivos, catalogação de coleções, documentação e pesquisa bibliográfica, gestão de arquivos públicos, gestão de bibliotecas públicas, Digitalização;
- s) Comércio de móveis e utensílios domésticos tais como eletrodomésticos, áudio e vídeo, móveis e estofados, utensílios de cozinha em geral, fogões, etc.
- t) Comercialização de máquinas e equipamentos industriais, refrigeração, aquecedores, etc.
- u) Comércio Atacadista e de Carnes, bovinas, aves e suínas e seus derivados, com atividade de Fracionamento;
- v) a Fabricação de Produtos de Carnes suínas, de reses e aves
- w) Seleção e agenciamento de mão de obra;
- x) Locação de mão de obra temporária;
- y) Fornecimento e Gestão de recursos humanos para terceiros;
- z) Atividades de Vigilância e Segurança (sem utilização de armamento);
- aa) Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico;
- bb) Outras Atividades de Serviços de Segurança (sem utilização de armamento);
- cc) Treinamento e Capacitação em desenvolvimento profissional e gerencial;

Comercial Milano Brasil Ltda. -38ª Alteração de Contrato Social

4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA

NIRE: 332.0578759-0 Protocolo: 00-2021/587922-8 Data do protocolo: 02/12/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 02/12/2021 SOB O NÚMERO 00004659388 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 56504F21F6709503E4EE3FEB679B6631A003CB91080292EB7717E47159BE9F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCERJA
assinado digitalmente

Pag. 06/12

Cláusula Quarta – A sociedade iniciou suas atividades em 28 de maio de 1997 e seu prazo é indeterminado.

Cláusula Quinta – As cotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Cláusula Sexta – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Sétima – A sociedade será administrada de forma isolada pela administradora não sócia e Diretora Executiva **Rose Mary Leite Frade Cavallieri** brasileira, casada sob o regime de separação de bens, advogada, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Prof. Dulcídio Cardoso número 1315, ap. 1001 – Bloco 01 – Barra da Tijuca, CEP. 22620-310, portadora da carteira de identidade número 37979556 SSP/SP e CPF. 411.299.626-87, designada como “Diretora Executiva” a qual terá poderes para praticar todos os atos necessários ou convenientes à administração da sociedade.

Parágrafo Primeiro: Além das atribuições e responsabilidades conferidas por este contrato, compete a Diretora Geral a administração e direção dos negócios sociais.

Parágrafo Segundo: Compete, ainda, especialmente à Diretora Geral:

- a) Cumprir e fazer cumprir o contrato social e as deliberações das reuniões de sócios.
- b) Convocar as reuniões de sócios, na forma da lei.
- c) Representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante bancos, companhias de crédito, financiamento e investimento, repartições, autarquias, entidades particulares, paraestatais ou de economia mista e/ou qualquer órgão federal, estadual ou municipal.
- d) Nomear e destituir os procuradores da sociedade e fixar-lhes atribuições.
- e) Elaborar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da sociedade.
- f) Executar as políticas administrativa, financeira, comercial, operacional, tecnológica e de marketing da sociedade.
- g) Admitir e demitir empregados e contratar representantes, fixando-lhes a remuneração.
- h) Celebrar contratos de fornecimento com órgãos da administração pública federal, estadual, municipal, com suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista e ainda com o mercado em geral.
- i) Executar qualquer ato relativo à proteção e preservação dos direitos da sociedade (incluindo-se os relativos à propriedade intelectual).
- j) Vetado a prestação de caução ou avais em nome da sociedade.

Comercial Milano Brasil Ltda. – 38ª Alteração de Contrato Social

5



Parágrafo Terceiro: Compete a Diretora Geral, sempre em conjunto com a Gerência Financeira, as seguintes atividades:

- a) Emitir e assinar títulos de créditos, cheques e ordens de pagamento.
- b) Movimentar contas bancárias, assinar cheques, notas promissórias e outros títulos de crédito de interesse social; desde que tais atos se compreendam dentro do âmbito normal dos negócios sociais.
- c) Resolver sobre aplicação de fundos sociais, transigir, renunciar, ceder direitos, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigação, celebrar contratos de financiamentos de qualquer espécie, seja de giro ou para bens (inclusive de aquisição).

Parágrafo Quarto: As competências e atribuições da Diretora Geral, descritas na alínea "d" do Parágrafo Segundo, em especial a nomeação e outorga de atribuições específicas para a Gerência Financeira, por meio de procuração, deverão ser exercidas, sempre com anuência formal, por meio de assinatura conjunta do respectivo documento que amparar o respectivo ato, de um dos sócios da sociedade.

Parágrafo Quinto: A administradora, senhora Diretora Geral Rose Mary Leite Frade declara, sob as penas da Lei, expressamente que não se acha impedida de exercer a administração da Sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, nos termos do Artigo 1011, Parágrafo 1º da Lei 10046/02, bem como não está incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer atividade empresarial.

Cláusula Oitava - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Primeiro - Os lucros e/ou prejuízos verificados nos balanços anuais encerrados em 31 de dezembro de cada ano, serão divididos e/ou suportados pelos sócios, podendo os sócios detentores de 3/4 (três quartos) capital social decidirem pela distribuição desproporcional de lucros.

Parágrafo Segundo - Os sócios poderão determinar o levantamento de balancetes de verificação semestrais ou em períodos menores, com base nos quais, poderão ser antecipados lucros, bem como constituir reservas ou fundos de provisões que julgarem necessários.

Cláusula Nona - Em vista da *affectio societatis* que rege a composição do quadro social, nenhum dos sócios poderá, a título gratuito ou oneroso, ceder, transferir, alienar, gravar ou por qualquer forma onerar, total ou parcialmente, suas quotas, sem o prévio e expresso consentimento escrito de sócios representando, pelo menos, 3/4 (três quartos) do capital social.

Comercial Milano Brasil Ltda. - 38ª Alteração de Contrato Social

6

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA

NIRE: 332.0578759-C Protocolo: 00-2021/587922-8 Data do protocolo: 02/12/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 02/12/2021 SOB O NÚMERO 00004659388 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 56504F21F6709503E4EE3FEB679B6631A003CB91080292EB7717E47159BE9F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 08/12

Cláusula Décima - Mediante o consentimento determinado na cláusula acima, fica assegurado a todos os sócios, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a aquisição de quotas da Sociedade, conforme procedimentos descritos nos parágrafos seguintes.

Parágrafo Primeiro - O sócio que pretender vender, ceder ou transferir ("Sócio Ofertante") toda ou parte de suas quotas ("Transferência de Quotas") deverá notificar, por escrito e sob protocolo, os demais sócios ("Sócios Ofertados") e a Sociedade, nos termos do parágrafo 2º desta cláusula (a "Oferta Inicial"), para que os sócios exerçam ou renunciem ao seu direito de preferência, o que deverão fazer dentro de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação, na proporção de sua participação no capital social, descontada a participação que está sendo oferecida à venda.

Parágrafo Segundo - A "Oferta Inicial" - referida no parágrafo 1º desta Cláusula - deverá ser feita por escrito e entregue sob protocolo ao (s) Sócio (s) Ofertado (s); devendo esta conter, necessariamente, os seguintes requisitos; sob pena de não ser considerada válida:

- (a) O número das quotas ofertadas;
- (b) O valor pretendido pelo "Sócio Ofertante" ou pelo terceiro para suas quotas;
- (c) O prazo e a forma para pagamento;
- (d) O pretendente à aquisição desta participação, quando houver;
- (e) Deverá estar assinada pelos representantes legais do pretendente à aquisição (se houver);
- (f) Deverá ter prazo de validade superior ao previsto no parágrafo 1º da presente Cláusula - prazo concedido para a manifestação de preferência dos demais sócios.

Parágrafo Terceiro - Na hipótese de renúncia, por um "Sócio Ofertado", de seu direito de preferência, os demais poderão exercer a preferência também sobre a totalidade ou parte das quotas renunciadas pelo referido "Sócio Ofertado", na proporção de suas participações, o que deverá ser efetuado nos 15 (quinze) dias subsequentes.

Parágrafo Quatro - A falta de manifestação dos "Sócios Ofertados" - quer em relação à "Oferta Inicial" ou em relação às quotas renunciadas mencionadas no parágrafo 3º acima - será considerada como renúncia tácita ao direito de preferência.

Parágrafo Quinto - Não exercido o direito de preferência ou exercido parcialmente, o "Sócio Ofertante" poderá transferir a terceiros as quotas não adquiridas, desde que, cumulativamente:

- (a) Tal transferência seja efetuada nos mesmos termos e condições da "Oferta

Comercial Milano Brasil Ltda. - 38ª Alteração de Contrato Social

[Assinaturas manuscritas]

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA

NIRE: 332.0578759-0 Protocolo: 00-2021/587922-8 Data do protocolo: 02/12/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 02/12/2021 SOB O NÚMERO 00004659388 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 56504F21F6709503E4EE3FEB679B6631A003CB91080292EB7717E47159BE9F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCERJA
assinado digitalmente

Pag. 09/12

Inicial";

- (b) O terceiro a quem as quotas sejam cedidas ou transferidas seja aceito pelos demais sócios, por escrito, e;
- (c) A cessão ou a transferência seja efetuada no prazo de até 60 (sessenta) dias contados do término dos prazos para exercício do direito de preferência dos demais sócios mencionados no parágrafo 1º ou no parágrafo 3º da presente Cláusula (nesse último caso, se houver sobras). Se não concluída no prazo aqui descrito, o "Sócio Ofertante" deverá repetir o procedimento descrito nesta cláusula.

Parágrafo Sexto - Considera-se transferência de quotas ("Transferência de Quotas") para os fins deste contrato social, qualquer transferência de participação societária dos sócios, bem como qualquer tipo de reorganização societária ou criação de estruturas jurídicas que impliquem em conferir a terceiros os benefícios políticos e econômicos derivados da condição de sócio da Sociedade, tais como: cisão, incorporação, fusão, criação de usufruto sobre quotas ou quotas; emissão de debêntures. Estão abrangidas as transferências diretas (do sócio para terceiro) e indiretas (transferências de participações de empresas sócias da Sociedade para terceiros).

Cláusula Décima-Primeira - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação de sócios representando, pelo menos, 3/4 (três quartos) do capital social. Na hipótese de dissolução ou liquidação da Sociedade, será liquidante o sócio escolhido por sócios detentores de 3/4 (três quartos) do capital social, o qual deverá representar a Sociedade em todos os atos necessários à liquidação, bem como cumprir todas as obrigações previstas na legislação em vigor. Os haveres da Sociedade serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, rateado entre os sócios em proporção à sua participação no capital social.

Parágrafo Único - A retirada, incapacidade, falência ou exclusão de qualquer dos sócios não dissolverá a Sociedade, que prosseguirá com os sócios remanescentes, a menos que estes, desde que representando 3/4 (três quartos) do capital social, resolvam liquidá-la.

Cláusula Décima-Segunda - O sócio que desejar retirar-se da Sociedade deverá comunicar sua intenção, por escrito, aos demais sócios com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único - O sócio retirante receberá sua quota de capital, lucros e reservas, se houver, sob a seguinte regra:

- (a) 10% (dez por cento), no ato da assinatura do instrumento de alteração contratual; e

Comercial Milano Brasil Ltda. - 38ª Alteração de Contrato Social

8

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA

NIRE: 332.0578759-0 Protocolo: 00-2021/587922-8 Data do protocolo: 02/12/2021

CERTIFICO O AROQUIVAMENTO em 02/12/2021 SOB O NÚMERO 00004659388 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 56504F21F6709503E4EE3FEB679B6631A003CB91080292EB7717E471592E9F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 10/12

- (b) O saldo em 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas de igual valor, corrigidas monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), ou outro que vier a substituí-lo em contratos de tal natureza, mais juros de 12% (doze por cento) ao ano.

Cláusula Décima- Terceira – Os administradores declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima- Quarta - Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, excluindo qualquer outro por mais privilegiado que seja para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

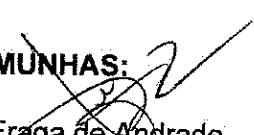
E, por estarem assim justos e contratados, assinam este documento particular de Contrato Social, em uma única via e para um só efeito, em presença de duas testemunhas.


Duque de Caxias, 22 de outubro de 2021


GRA Participações e Serviços EIRELI **SEPASA Serviços e Participações S/A**
• José Mantuano De Luca Filho Antonio Mantuano De Luca


Comercial Milano Brasil Ltda.
Rose Mary Leite Frade Cavalieri
Diretora Executiva

TESTEMUNHAS:


Sérgio Fraga de Andrade
CRC/RJ. 033043-0
CPF: 392.639.089-15


Luiz Vanderlei Maciel Vieira
IFP/RJ. 086662558
CPF: 011.451.527-16





IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA, NIRE 33.2.0578759-0, PROTOCOLO 00-2021/587922-8, ARQUIVADO EM 02/12/2021, SOB O NÚMERO (S) 00004659388, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

| CPF/CNPJ | Nome |
|----------------|------------------------------|
| 116.530.267-58 | TIAGO FELIPE COSTA DE MACEDO |

02 de dezembro de 2021.

Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA

NIRE: 332.0578759-0 Protocolo: 00-2021/587922-8 Data do protocolo: 02/12/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 02/12/2021 SOB O NÚMERO 00004659388 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 56504F21F6709503E4EE3FEB679B6631A003CB91080292EB7717E47159BE9F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-3.253.764 DATA DE EXPEDIÇÃO 18/10/2021

NOME
ROSE MARY LEITE FRADE CAVALIERI

FILIAÇÃO
MURILLO DA COSTA FRADE
AUREA LEITE DE OLIVEIRA

NATURALIDADE
RIO DE JANEIRO-RJ DATA DE NASCIMENTO 7/9/1964

DOC. ORIGEM CAS. LV-009 FL-298

JUIZ DE FORA-MG
OF 411.299.626-87

PIL-2203 ADRIANA DE BARROS MONTEIRO
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

2.ª VIA



Comissão de Pregão I


DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 272/2023.

Processo Licitatório nº: 29.977/2023

Processo Recurso nº: 2.575/2024

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 272/2023

OBJETO:

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ: 01.920.177/0001-79, através do Sistema Compras, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. 

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 2.575/2024.

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 26/01/2023. Conforme consta em Ata de Realização do Pregão Eletrônico que integra o Processo 29.977/2023, a empresa COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA, manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls.03 a 05.



Comissão de Pregão I

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em resumo, a recorrente alega que a recorrida deixou de apresentar o SIF-DIPOA da sede da sua empresa, documento previsto no item 19.3 do Edital para as empresas sediadas fora do Município de Nova Friburgo, devendo ter sido inabilitada por esta razão.

III. DOS PEDIDOS

Ante todas as razões expostas no presente, vem pelo presente requerer:

- 1- O recebimento e processamento do presente Recurso Administrativo;
- 2- A Inabilitação da Recorrida pelo descumprimento das regras editalícias;
- 3- Na remota hipótese de não acatamento do presente Recurso que seja remetido a autoridade superior.

IV. DAS CONTRARRAZÕES

A empresa COMERCIAL DESTAQUE LTDA não apresentou a manifestação das contrarrazões dentro prazo, conforme informado no sistema.

V. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

Comissão de Pregão I

Conforme documentação encaminhada, a recorrida encaminhou o alvará sanitário da empresa e do veículo de transporte dentro da validade, assim como, apresentou atestados de capacidade que atendem ao solicitado no Edital.


Quanto ao atendimento do 19.3 referente ao certificado SIF-DIPOA da sede da empresa, durante a verificação da documentação foi verificada a apresentação do SIF nas fichas técnicas dos produtos apresentados. No entanto, a alegação quanto a essa peça recursal já foi tratada em processo de impugnação nº: 29.977/2023, apensado a esse processo e com sua íntegra disponibilizada no site do município. Cabe salientar a seguinte informação: "Importante destacar que, em se tratando de licitante apenas distribuidor é necessário que o produto fornecido apresente o selo supramencionado, sendo obrigatória a apresentação para a empresa apenas se ela for a fabricante." fl. 21 P.A. 741/2024.

VI. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, e sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 272/2023, e no mérito **NEGO PROVIMENTO**.

A decisão segue para a Secretaria de Educação para conhecimento e manifestação neste processo como no Sistema Compras, para que possa ser marcada a volta de fase e agendada via sistema.

Nova Friburgo, 05 de fevereiro de 2024.


Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro - Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A
D E E D U C A Ç Ã O

PROCESSO Nº 2575/2024

FOLHA

22

RÚBRICA

Nova Friburgo, 05 de fevereiro de 2024.

Da: Secretaria Municipal de Educação

Para: Procuradoria Geral do Município

Processo Licitatório nº 29.977/2023

Processo Recurso nº 2.575/2024

Cumprimentando-o cordialmente, venho através deste informar que acompanho integralmente a decisão exposta pela Comissão de Pregão em recurso administrativo referente ao pregão eletrônico nº 272/2023.

Remeto os autos à Procuradoria Geral do Município para parecer de legalidade.

Sendo o que há para expor, por ora, despeço-me colocando-me a disposição para esclarecimentos de quaisquer dúvidas sobre o caso em tela, e renovando desde já, os votos da mais elevada estima e distinta consideração.

CAROLINE MOURA

KLEIN:04386775790

Assinado de forma digital por

CAROLINE MOURA

KLEIN:04386775790

Dados: 2024.02.05 16:43:52 -03'00'

Caroline Moura Klein

Secretária Municipal de Educação

Mat. 990.953



| | | |
|--|-------------|--------------|
| | PROCESSO Nº | 2575 |
| | DATA | 07 / 02 / 24 |
| | FOLHAS Nº | 23 |

UBRICA

Processo: 2575/2024

Recorrente: Comercial Milano Brasil Ltda.

Recorrida: Comercial Destaque Ltda.

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 272 de 2023 - Processo Licitatório n. 29.977/2023

À Secretaria Municipal de Educação,

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 272 de 2023 - Processo Licitatório n. 29.977/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para a aquisição de gêneros alimentícios (leite em pó e fórmulas infantis especiais) para confecção da merenda escolar.

Preliminarmente, convém registrar que o procedimento foi recepcionado por esta Procuradoria em 06/02/2024.

Em síntese, a recorrente afirma às fls. 03/05 que deve ser reformada a decisão da Comissão de Pregão que habilitou a empresa recorrida, em obediência ao princípio da legalidade, isonomia e vinculação ao edital, uma vez que deixou de apresentar o documento previsto no item 19.3 do edital, qual seja, o certificado SIF-DIPOA - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, ou SIE e/ou Título de Relacionamento emitido pela Delegacia Federal do Ministério da Agricultura da sede da empresa.



A Comissão de Pregão I, em decisão de fls. 19/21, negou provimento ao recurso, com fundamento no art. 165 da Lei Federal n. 14.133/2021, sob a alegação de que a recorrida apresentou o alvará sanitário da empresa e do veículo de transporte dentro da validade, assim como apresentou os atestados de capacidade técnica que atendem ao solicitado no edital e, quanto ao atendimento do item 19.3, durante a verificação da documentação foi verificada a apresentação do SIF nas fichas técnicas dos produtos apresentados.

Afirmou, ainda, que a questão foi tratada em processo de impugnação (Processo n. 741/2024, apensado aos autos), onde restou decidido que “(...) *em se tratando de licitante apenas distribuidor é necessário que o produto fornecido apresente o selo supramencionado, sendo obrigatória a apresentação para a empresa apenas se ela for a fabricante*”, encaminhando o processo à Secretaria Municipal de Educação para conhecimento e manifestação.

A Secretaria Municipal de Educação, em manifestação de fls. 22, informa que acompanha integralmente a decisão da Comissão de Pregão, encaminhando os autos a esta Procuradoria para parecer de legalidade.

É o relatório.

II - DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 165 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;



- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

[...]

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos." (sem grifos no original)

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

Portanto, **cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.**

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal de Educação, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.



Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 22.5 do edital assim dispõe:

“O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos”.

No caso em exame, conforme narrado no relatório, a Comissão de Pregão I se manifestou motivadamente acerca do recurso (fls. 19/21), decidindo pelo desprovimento.

No mesmo sentido, a Secretaria de Educação, em manifestação de fls. 22, acompanhou *in totum* a decisão pela negativa de provimento ao recurso.

Embora não tenha sido suscitada qualquer dúvida jurídica pela Comissão de Pregão I e/ou pela Secretaria requisitante, passa-se à análise do mérito recursal.

II.1 - Da Vinculação ao Instrumento Convocatório

Nas sábias palavras de Hely Lopes Meirelles (*Direito Administrativo Brasileiro, 30a ed., SP: Malheiros, p. 283*), o edital é a lei interna da licitação e vincula inteiramente a Administração e os proponentes.

Assim, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 5º, da Lei n. 14.133/2021, *in verbis*:



| | | |
|---------|-------------|--------------|
| | PROCESSO Nº | 2575 |
| | DATA | 07 / 02 / 24 |
| | FOLHAS Nº | 07 |
| LUBRICA | | |

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”

O princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório possui extrema relevância, na medida que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas, como leciona Licínia Rossi em seu Manual de Direito Administrativo (2015, p. 530):

“Além das disposições legais aplicáveis num procedimento licitatório, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha essencialmente vinculada (art. 41 da Lei n. 8.666/93)”.

Trata-se de uma garantia não só para a Administração, mas também para todos os licitantes, conferindo lisura na realização do certame, eis que todas as partes envolvidas têm conhecimento das regras a serem aplicadas.

Conforme narrado anteriormente, o mérito recursal gira em torno da exigência prevista no edital de apresentação de Certificado do SIF-DIPOA ou SIE e/ou Título de Relacionamento emitido pela Delegacia Federal do Ministério da Agricultura da sede da empresa como requisito de qualificação técnica, cujo tema será abordado no tópico a seguir.

II.2 - Da exigência do item 19.3 do edital - Certificado SIF-DIPOA

O edital, em seu subitem 19.3, assim dispõe:



19.3 - No caso de empresas sediadas fora do município de Nova Friburgo, Certificado do SIF-DIPOA – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, ou SIE e/ou Título de Relacionamento emitido pela Delegacia Federal do Ministério da Agricultura da sede da empresa.

Sobre o tema, verifica-se que a Lei n. 1.283/1950, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, assim prevê em seu art. 3º:

“ Art 3º A fiscalização, de que trata esta lei, far-se-á:

- a) nos estabelecimentos industriais especializados e nas propriedades rurais com instalações adequadas para a matança de animais e o seu preparo ou industrialização, sob qualquer forma, para o consumo;*
- b) nos entrepostos de recebimento e distribuição do pescado e nas fábricas que industrializarem;*
- c) nas usinas de beneficiamento do leite, nas fábricas de laticínios, nos postos de recebimento, refrigeração e desnatagem do leite ou de recebimento, refrigeração e manipulação dos seus derivados e nos respectivos entrepostos;*
- d) nos entrepostos de ovos e nas fábricas de produtos derivados;*
- e) nos entrepostos que, de modo geral, recebam, manipulem, armazenem, conservem ou acondicionem produtos de origem animal;*
- f) nas propriedades rurais;*
- g) nas casas atacadistas e nos estabelecimentos varejistas.”*

A princípio, pela interpretação literal da lei, pode-se concluir que a fiscalização sanitária e, portanto, a necessidade do certificado SIF-DIPOA, aplica-se também aos atacadistas e varejistas.

Por seu turno, o Decreto n. 9.013/2017 – atualizado pelo Decreto n. 10.468/2020, regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.

Quanto ao âmbito de atuação, assim preveem os arts. 2º e 3º do referido Decreto:



Art. 2º A inspeção e a fiscalização de estabelecimentos de produtos de origem animal que realizem o comércio interestadual ou internacional, de que trata este Decreto, são de competência do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA e do Serviço de Inspeção Federal - SIF, vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 1º A inspeção e a fiscalização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento se estendem às casas atacadistas que recebem e armazenam produtos de origem animal, em caráter supletivo às atividades de fiscalização sanitária local, conforme estabelecido na Lei nº 1.283, de 1950, e têm por objetivo reinspecionar produtos de origem animal procedentes do comércio internacional. (Redação dada pelo Decreto nº 10.468, de 2020)

§ 2º A inspeção e a fiscalização nos estabelecimentos de produtos de origem animal que realizem comércio interestadual poderão ser executadas pelos serviços de inspeção dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, desde que haja reconhecimento da equivalência dos respectivos serviços junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme o disposto na legislação específica do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA, de acordo com o disposto na Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e na Lei nº 9.712, de 20 de novembro de 1998.

Art. 3º A inspeção e a fiscalização industrial e sanitária em estabelecimentos de produtos de origem animal que realizem comércio municipal e intermunicipal serão regidas por este Decreto, quando os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não dispuserem de legislação própria.

No tocante aos tipos de estabelecimento sujeitos à fiscalização, estão previstos nos arts. 21 e 23:

Art. 21. Os estabelecimentos de leite e derivados são classificados em:

I - granja leiteira;

II - posto de refrigeração;

*Art. 23. Os estabelecimentos de **armazenagem** são classificados em:*

I - entreposto de produtos de origem animal; e

II - casa atacadista.



PROCESSO Nº 2575
DATA 07 / 02 / 20
FOLHAS Nº 20 HBRICA 7

§ 1º Para os fins deste Decreto, entende-se por entreposto de produtos de origem animal o estabelecimento destinado exclusivamente à recepção, à armazenagem e à expedição de produtos de origem animal comestíveis, que necessitem ou não de conservação pelo emprego de frio industrial, dotado de instalações específicas para a realização de reinspeção. (Redação dada pelo Decreto nº 10.468, de 2020)

§ 2º Para os fins deste Decreto, entende-se por casa atacadista o estabelecimento registrado no órgão regulador da saúde que receba e armazene produtos de origem animal procedentes do comércio internacional prontos para comercialização, acondicionados e rotulados, para fins de reinspeção, dotado de instalações específicas para a realização dessa atividade. (Redação dada pelo Decreto nº 10.468, de 2020)

Sendo assim, necessário se faz entender se a recorrida se enquadra como estabelecimento de armazenagem classificada como entreposto de produtos de origem animal ou casa atacadista para os fins da lei.

O Ministério da Agricultura e Pecuária, em publicação com perguntas e respostas sobre o Decreto n. 9013/2017¹, assim dispôs:

10.A. Qual é a diferença entre a Casa Atacadista e Entreposto de Produtos de Origem Animal?

O Entreposto de Produtos de Origem Animal é o estabelecimento destinado exclusivamente à recepção, à armazenagem e à expedição de produtos de origem animal comestíveis, que necessitem ou não de conservação pelo emprego do frio industrial, dotado de instalações específicas para a realização de reinspeção, conforme definido no § 1º do art. 23 do Decreto nº 9.013, de 2017. O Entreposto de Produtos de Origem Animal está sujeito a registro junto ao DIPOA.

¹<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-animal/arquivos-publicacoes-dipoa/perguntas-e-respostas-decreto-9-013-de-2017-regulamento-de-inspecao-industrial-e-sanitaria-de-produtos-de-origem-animal>



| | |
|-------------|---------------------|
| PROCESSO Nº | 2575 |
| DATA | 07 / 02 / 24 |
| FOLHAS Nº | 37 |
| PUBLICA | <i>[assinatura]</i> |

A Casa Atacadista é o estabelecimento registrado no órgão regulador da saúde e que recebe e armazena produtos de origem animal procedentes do comércio internacional prontos para comercialização, acondicionados e rotulados, para fins de reinspeção, conforme § 2º do art. 23 do Decreto nº 9.013, de 2017. A Casa Atacadista está sujeita a relacionamento junto ao SIPOA.

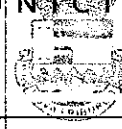
24. Todos os estabelecimentos que realizam o comércio atacadista de produtos de origem animal devem ser relacionados no SIF/DIPOA? Não. Conforme previsto no §1º do art. 2º e no §2º do art. 23 do Decreto nº 9.013, de 2017, apenas serão relacionadas junto ao SIF/DIPOA as casas atacadistas que recebem produtos de origem animal importados prontos para consumo, para fins de reinspeção destes produtos.

25. Os estabelecimentos classificados como Casas Atacadistas que não recebem produtos de origem animal oriundos do comércio internacional e que atualmente se encontram relacionados junto ao SIF/DIPOA, devem manter o relacionamento?

Não. As casas atacadistas que não importam produtos de origem animal não precisam mais serem relacionadas. No caso de estabelecimento que já se encontrava relacionado, o relacionamento poderá ser cancelado a pedido do estabelecimento ou, de ofício, pelo Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal junto ao qual esteja relacionado, mediante prévia comunicação ao estabelecimento.

Portanto, na forma do esclarecimento do Ministério da Agricultura, s.m.j., apenas as casas atacadistas que importam produtos de origem animal precisam ser relacionadas junto ao SIF/DIPOA.

Ao que parece, o comércio varejista do objeto licitado (leite em pó e fórmula infantil) não carece do referido registro, haja vista que, inclusive, diversas empresas dos mais variados ramos (como farmácias, drogarias e mercados) comercializam este tipo de produto.



Ademais, segundo informação do Pregoeiro, a recorrida apresentou o alvará sanitário da empresa e do veículo de transporte dentro da validade, bem como os atestados de capacidade técnica que atendem ao solicitado no edital e, quanto ao atendimento do item 19.3, durante a verificação da documentação, foi verificada a apresentação do SIF nas fichas técnicas dos produtos apresentados.

No entanto, sob o prisma da vinculação ao instrumento convocatório, todas as empresas devem apresentar o certificado, mesmo porque o subitem 19.3 não excepciona a exigência à determinado tipo de atividade empresarial.

Entretanto, em se tratando de exigência técnica, esta assessoria jurídica não detém a expertise necessária para orientar sobre o tema, não sendo possível concluir se a exigência do certificado se aplica ou não à empresa recorrida.

Por esta razão, **recomenda-se a consulta ao órgão de vigilância sanitária municipal para os devidos esclarecimentos.**

III - DA CONCLUSÃO

Pelo exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Secretaria Municipal de Educação** para ciência do presente parecer e adoção das providências que entender cabíveis.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas ao tema sob consulta, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, que poderá decidir de forma diversa, desde que devidamente justificada, com fiscalização pelo órgão de controle interno.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

| | |
|-------------|--------------|
| PROCESSO Nº | 2575 |
| DATA | 07 / 02 / 24 |
| FOLHAS Nº | 33 |
| IBRICA | 9 |

Nova Friburgo, 07 de fevereiro de 2024.

Carlos Eduardo Vila Nova da Veiga
Subprocurador de Processos Administrativos
Matrícula: 63.347

Carlos Eduardo V. N. da Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matrícula 63347



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A
D E E D U C A Ç Ã O

PROCESSO Nº 2575/2024

FOLHA Nº 34

RÚBRICA

Nova Friburgo, 08 de fevereiro de 2024.

De: Secretaria Municipal de Educação

Para: Órgão de Vigilância Sanitária Municipal

Trata-se o presente de Aquisição de Gêneros Alimentícios (Leite em Pó e Fórmulas Infantis) para confecção da merenda escolar para o ano letivo de 2024, através de processo licitatório nº 29.977/2023, Pregão Eletrônico nº 272/2023.

O processo encontra-se em fase de análise de recurso (processo nº 2575/2024) interposto pela empresa Comercial Milano LTDA.

Após análise e recomendação da Procuradoria Geral do Município para que esta especializada dê seu parecer quanto a exigência do subitem 19.3 constante no edital da futura aquisição.

Urge destacar que a Secretaria Municipal de Educação, no intuito de garantir a maior segurança e qualidade dos alimentos a serem ofertados para o nosso alunado, busca a melhor qualificação técnica possível de seus fornecedores.

Solicitamos urgência no encaminhamento para esta secretaria do parecer técnico, no intuito de dar prosseguimento do presente processo de aquisição em pauta, tendo em vista o recente retorno às aulas do ano letivo de 2024.

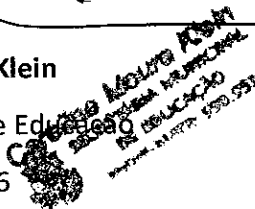
Sendo o que há para expor, por ora, despeço-me, colocando-me a disposição para esclarecimentos de quaisquer dúvidas sobre o caso em tela, e renovando desde já, os votos da mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Caroline Moura Klein

Secretária Municipal de Educação

Mat.: 990.256



De: Licitação PMNF

Enviado: quinta-feira, 8 de fevereiro de 2024 15:14

Para: vigsanitarianf@hotmail.com; vigsanitarianf@gmail.com

Assunto: Alvará Sanitária empresa Comercial Destaque Ltda

Segue Alvará Sanitário

Processo n.º

2575-22

Data:

Processo n.º

25 Rubrica 3




Protocolo n.º 2585-24

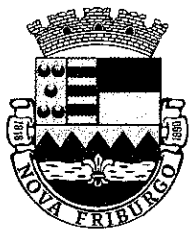
Data: / /

Folha n.º 36 Rôbrica: D

ALVARÁ SANITÁRIO

LEI Nº 681/2005

| | | |
|--|---|---------------------------------|
| PROCESSO: 002454/2023 | EXERCÍCIO: 2023/2024 VALIDADE: 25/01/2023 A 24/01/2024 | Nº INSCRIÇÃO 172 |
| NOME FANTASIA: | | CNPJ: 10.613.588/0001-02 |
| RAZÃO SOCIAL: COMERCIAL DESTAQUE LTDA - EPP | | |
| ENDEREÇO: RUA ATILA VIVACQUA VIEIRA, Nº 393, CENTRO, PRESIDENTE KENNEDY - ES. | | |
| ATIVIDADE(S): 4639-7/01 COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL. | | |
| RESTRIÇÃO: | | |
| RESPONSÁVEL TÉCNICO: | | |
| PROPRIETÁRIO (S): JULIANA MONTEIRO SILVA FRAGA | | |
| <div><div><i>Alessandra das Neves Lima</i> Secretaria Municipal de Saúde Decreto nº 041/2023</div><div> ALESSANDRA DAS NEVES LIMA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE</div><div><i>Alessandra das Neves Lima</i> Secretaria Municipal de Saúde</div></div> | | |
| OBSERVAÇÕES: 1 - ESTE DOCUMENTO DEVE SER FIXADO EM LUGAR VISÍVEL AO PÚBLICO (OBRIGATÓRIO). 2 - O ALVARÁ SANITÁRIO TEM VALIDADE DE 1 (UM) ANO A PARTIR DE SUA EMISSÃO E SUA RENOVAÇÃO DEVERÁ SER REQUERIDA ANTES DE SEU VENCIMENTO. 3- CASO HAJA INFRAÇÃO A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE, O ALVARÁ SANITÁRIO PODERÁ SER CANCELADO PELA AUTORIDADE COMPETENTE. | | |
| PRESIDENTE KENNEDY-ES, 25 DE JANEIRO DE 2023 | | |



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

**S E C R E T A R I A
D E S A Ú D E**

Processo n.º 2575-24

Data: 10/05/2024

Assinatura: 37 Rubens D

Processo Administrativo 002575/2024

Trata-se de processo administrativo de recurso apresentado por empresa recorrente acerca de resultado do Pregão Eletrônico nº 272 de 2023 – Processo Licitatório nº 29.977/2023; que tem por objetivo licitar (leite em pó e formulas infantis)

Segue o parecer da Divisão de Vigilância e Fiscalização Sanitária na solicitação feita pela PGM em folhas 32.

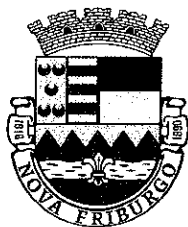
Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Inspeção de Produtos de Origem Animal no âmbito do Ministério da Agricultura é da competência do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA, subordinado à Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA.

As ações de Inspeção são desenvolvidas em todo o Brasil com respaldo na legislação que regula as atividades a ela relacionadas e cabem ao DIPOA a coordenação, em nível nacional, da aplicação das leis, normas regulamentadas e critérios para a garantia da qualidade e a da segurança dos produtos de origem animal.

A oferta de alimentos de origem animal aptos ao consumo, resguardadas as condições higiênico-sanitárias e tecnológicas, é o resultado final da atuação do DIPOA em todo o território brasileiro.

O DIPOA é representado nas Unidades Federativas de acordo com a estrutura da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFA. Nas SFA o DIPOA está representado pelo Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal -SIPOA, ou pelo Serviço de Inspeção e Saúde Animal - SISA ou, pelo Serviço de Inspeção, Fiscalização de Insumos e Saúde Animal – SIFISA.

Esta integração acontece por ações de gestão do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – **SISBIPOA**, composto pelo Serviço de



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

Processo nº 2575-2s

Data: _____

Assinatura: _____

**S E C R E T A R I A
D E S A Ú D E**

SEGURANÇA SANITÁRIA. 4639-7/01 Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral.

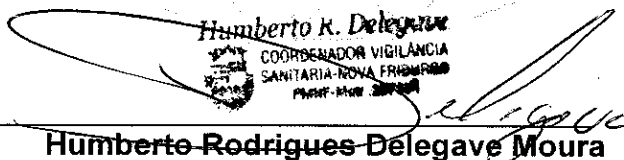
A recorrida desenvolve atividade de interesse sanitário; risco médio e possui processo de licenciamento sanitário junto ao órgão regulador da saúde; o que a habilita a fazer o comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; inclusive de leite em pó e formulas infantis; tendo estes produtos os devidos registros e rotulagem dos Serviços de Inspeção Federal – SIF, Serviços de Inspeção Estaduais – SIE e ou pelos Serviços de Inspeção Municipal – SIM.

Contanto não há nos autos a informação se a recorrida realiza a importação de produtos de origem animal e ou recebem produtos de origem animal importados; o qual se o fizer, deverá ter (ER – Estabelecimento Relacionado) junto ao Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIPOA) conforme normativa do MAPA.

Este parecer tem caráter técnico e opinativo, não vinculando à administração e ou à secretaria requisitante.

Nossos elevados protestos de estima e consideração, subscrevo-me

Atenciosamente,


Humberto R. Delegave Moura
COORDENADOR VIGILÂNCIA
SANITÁRIA-NOVA FRIBURGO
Mat. 207854

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo N.º 257824
Data: 09/02/2024
Folha 01 de 01

Relatório de Comprovante de Envio de Atividades**ORIGEM**

Remessa Nº 532.098

Participante GERENCIA DE VIGILANCIA EM SAUDE - VIGILANCIA EM SAUDE

Responsável HUMBERTO RODRIGUES DELEGAVE

Data e Hora 09/02/2024 15:24:55

Nova Friburgo, 09 de Fevereiro de 2024


Humberto R. Delegave
COORDENADOR VIGILANCIA
SAUDE - NOVA FRIBURGO
HUMBERTO RODRIGUES DELEGAVE
GERENCIA DE VIGILANCIA EM SAUDE - VIGILANCIA EM SAUDE

PROTOCOLO**ENCAMINHAMENTO**

EM TRAMITAÇÃO

RECEBIMENTO

Para Providências

Favor tomar as devidas providências conforme solicitado.

SECRETARIA DE EDUCACAO

Nova Friburgo, 14 de fevereiro de 2024.

Da: Secretaria Municipal de Educação

Para: Comissão de Pregão

Processo Licitatório nº 29.977/2023

Processo Recurso nº 2.575/2024

Cumprimentando-o cordialmente, venho através deste informar que o presente foi encaminhado ao Órgão da Vigilância Sanitária para parecer técnico em relação à manifestação da Procuradoria Geral do Município, acostado à fls. 23-33.

Sendo assim, esta Secretaria encaminha o processo para que o pregoeiro tome as medidas que ache necessárias para o prosseguimento da presente aquisição.

Sendo o que há para expor, por ora, despeço-me colocando-me a disposição para esclarecimentos de quaisquer dúvidas sobre o caso em tela, e renovando desde já, os votos da mais elevada estima e distinta consideração.



Caroline Moura Klein

Secretária Municipal de Educação

Mat. 990.953

Comissão de Pregão I

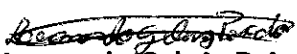
Nova Friburgo, 15 de fevereiro de 2024.

PROCESSO DE RECURSO Nº 2.575/2024, APENSO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29.977/2023 - PE 272/2023 - REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (LEITE EM PÓ E FÓRMULAS INFANTIS ESPECIAIS) PARA CONFECCÃO DA MERENDA ESCOLAR nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, para o alunado da rede municipal de educação, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação (SME) no ano letivo de 2024.

Comunico que, conforme parecer da Coordenação de Vigilância e Fiscalização Sanitária acostada às fls. 37 a 39, promovemos diligência para que a empresa COMERCIAL DESTAQUE LTDA apresentasse por e-mail a informação de que o produto referente ao item recorrido não seria importado, sendo assim, dispensado da apresentação de ER (Estabelecimento Relacionado) junto ao Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIPOA), conforme normativo do MAPA. Em resposta, a referida empresa encaminhou o seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (fls. 45) e uma declaração de que a matéria-prima do produto em questão é de origem nacional (fls. 46).

Informo, ainda, que o presente recurso administrativo fora encaminhado para apreciação da Secretaria Municipal de Educação e da Procuradoria Geral do Município anteriormente à apresentação tempestiva das contrarrazões recursais pela empresa COMERCIAL DESTAQUE LTDA no dia 05/01/2024, o que não alterou, no entanto, o teor da decisão final deste pregoeiro, anexada aos autos às fls. 19 a 21.

Respeitosamente,


Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro - Comissão de Pregão I
Mat. 206.934



Licitação PMNF <licitacaopmnf@gmail.com>

Processo 29.977/2023 - Aquisição de Leite em pó e formulas infantis

2 mensagens

Licitação PMNF <licitacaopmnf@gmail.com>
Para: comercial.destaque@hotmail.com

14 de fevereiro de 2024 às 16:17

Boa tarde.

Conforme processo recursal iniciado pela empresa COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA, em conformidade com o parecer recebido a Coordenador de Vigilância e Fiscalização Sanitária, a mesma faz o questionamento se o item motivo do recurso será importado, o qual se for o caso, deverá ter (ER - Estabelecimento Relacionado) junto ao Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIPOA) conforme normativa do MAPA. Solicito que seja encaminhado um documento da empresa informando se os itens a serem fornecidos são produzidos no país. E portanto não se enquadram como produtos importados. Atenciosamente,

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro Comissão de Pregão I

**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURASECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

COMERCIAL DESTAQUE <comercial.destaque@hotmail.com>
Para: Licitação PMNF <licitacaopmnf@gmail.com>

15 de fevereiro de 2024 às 08:57

Bom dia ! Segue declaração da empresa conforme solicitado, segue também o CNPJ da empresa com dados e endereço da mesma.

Qualquer dúvida ou questionamento estamos a disposição.

Att. Stéfano Stulzer

COMERCIAL DESTAQUE LTDA - CNPJ: 10.613.588/0001-02

R: ÁTILA VIVACQUA, 393, CENTRO - PRESIDENTE KENNEDY - ES - CEP: 29.350-000 - CONTATOS: 28 - 3535-1170

comercial.destaque@hotmail.com => Pedidos (AFS/OS) Outros Serv. Gerais)

nfe@comercialdestaque.com.br => (Notas Fiscais/ XML)

financeiro@comercialdestaque.com.br=> (Financeiro:Boletos/Contas a Pagar e Receber)

licitacao@comercialdestaque.com.br => (licitação/Orcamentos)

De: Licitação PMNF <licitacaopmnf@gmail.com>

Enviado: quarta-feira, 14 de fevereiro de 2024 17:17

Para: comercial.destaque@hotmail.com <comercial.destaque@hotmail.com>

Assunto: Processo 29.977/2023 - Aquisição de Leite em pó e formulas infantis

[Texto das mensagens anteriores oculto]

2 anexos


**DECLARAÇÃO-MILK VITTA.pdf**
201K

15/02/24, 10:57

Gmail - Processo 29.977/2023 - Aquisição de Leite em pó e formulas infantis

 **CNPJ - MILK VITTA.pdf**
115K

| | |
|--------------|-------------|
| Processo Nº: | 2575/24 |
| Rubrica | api Fls. 64 |

| | | | | | |
|---|--|---|--|--|--|
|  | | REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | | Processo Nº: 2575/24 | |
| | | | | Rubrica: 45 - Fls: 45 | |
| CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA | | | | | |
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.252.652/0001-74 MATRIZ | | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | DATA DE ABERTURA 22/01/2001 | |
| NOME EMPRESARIAL MILK VITA - COMERCIO E INDUSTRIA LTDA | | | | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MILK VITA | | | | PORTE DEMAIS | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 10.52-0-00 - Fabricação de laticínios | | | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente 47.63-6-04 - Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.55-5-03 - Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho 47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 47.55-5-01 - Comércio varejista de tecidos 47.55-5-02 - Comercio varejista de artigos de armarinho 47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação 47.89-0-02 - Comércio varejista de plantas e flores naturais 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 47.73-3-00 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos 47.56-3-00 - Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis | | | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada | | | | | |
| LOGRADOURO R OLINDA | | NÚMERO 1229 | | COMPLEMENTO ***** | |
| CEP 15.801-200 | | BAIRRO/DISTRITO CENTRO | | MUNICÍPIO CATANDUVA | |
| UF SP | | | | | |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO MILKVITA@TERRA.COM.BR | | TELEFONE (17) 3524-6030/ (17) 3524-8064 | | | |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) ***** | | | | | |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | | | | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005 | |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | | | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | | | | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 15/02/2024 às 08:53:55 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



| | |
|-------------|-------------|
| Processo N° | 2575/24 |
| Rubrica | Op. Fls. 46 |

À COMERCIAL DESTAQUE

DECLARAÇÃO

A empresa **MILK VITTA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.**, estabelecida à Avenida Said Tuma nº.500 – Distrito Industrial CEP: 15.803-150 na cidade de Catanduva – SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 04.252.652/0005-06, telefone/fax. (17) 3524.6030, e-mail marcelo.peres@milkvitta.com.br/grazielle.tanaca@milktta.com.br, abaixo assinada por seu procurador, **DECLARA** que a matéria prima do produto é de origem **NACIONAL**.

Catanduva/SP, 14 de fevereiro de 2024.

MARCELO MACEDO Assinado de forma digital
GORDO por MARCELO MACEDO
PERES:33330015861 GORDO PERES:33330015861
Dados: 2024.02.14 17:22:01
-03'00'

Milk Vitta Comércio e Indústria Ltda.

Marcelo Macedo Gordo Peres

Representante Legal

R.G nº. 33.956.975 -X SSP.SP

CPF nº. 333.300.158-61



Tel.: (28) 3535-1170
comercial.destaque@hotmail.com

Rua Átila Vivácqua, s/n° - Centro
Presidente Kennedy - ES

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA FRIBURGO – ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO N° 272/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 29.977/2023

COMERCIAL DESTAQUE LTDA, pessoa jurídica de direito privada, inscrita no CNPJ sob o n° 10.613.588/0001-02, com sede na Rua Atila Vivacqua Vieira, n° 383, Centro, Presidente Kennedy-ES, CEP: 29.350-000, telefone: (28) 3535-1170, e-mail: comercialdestaque@hotmail.com, neste ato por seu representante legal Sr. Juliana Monteiro Silva Fraga, portador do CPF n° 059.423.277-50, vem, respeitosamente e tempestivamente, com fulcro no art. 165, § 4° da Lei Federal n° 14.133/2021 e no item 22.7 do Edital de Pregão Eletrônico n° 272/2023, apresentar:

CONTRARRAZÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Interposto pela empresa **COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n°: 01.920.177/0001-79, o que faz pelas razões que passa a expor:

I – DA TEMPESTIVIDADE

A presente contrarrazão se demonstra totalmente resguardada



Tel.: (28) 3535-1170
comercial.destaque@hotmail.com

Rua Átila Vivácqua, s/nº - Centro
Presidente Kennedy - ES

nos termos do artigo 165, § 4º da Lei 14.133/2021, onde cabe recurso administrativo no prazo de 3 (três) dias e em igual prazo os demais licitantes tem para apresentar suas contrarrazões. E também, expresso no item 22.7 do Edital do Pregão Eletrônicoº. 272/2023, vejamos:

22.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Em vista disso, após a notificação das razoantes no dia 01/02/2024, esta licitante tem até o dia 05/02/2024 para apresentar as contrarrazões, portanto protocolada na presente data não restam dúvidas sobre a tempestividade.

II – SÍNTESE DOS FATOS

A Prefeitura Municipal de Nova Friburgo tornou pública a realização de licitação, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo menor preço global e publicou o Edital do Pregão Eletrônico nº 272/2023 - Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Gênero Alimentício (Leite em Pó e Fórmulas Infantis Especiais) para confecção da Merenda Escolar nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para o alunado da rede municipal de educação, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação (SME) no ano letivo de 2024.

A empresa COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA insatisfeita com a habilitação da empresa COMERCIAL DESTAQUE LTDA, insurge com alegações, de forma frágil e infundadas, quanto ao suposto descumprimento do item



Tel.: (28) 3535-1170
comercial.destaque@hotmail.com

Rua Átila Vivácqua, s/nº - Centro
Presidente Kennedy - ES

19.3 do edital, em uma tentativa frustrada, em desclassificar/inabilitar a Contrarrazoante.

Em apartada síntese, a empresa Recorrente alega que “ao analisar os documentos apresentados pela Recorrida a Recorrente verificou que a empresa deixou de cumprir as regras insertas no Edital, em especial a cláusula 19.3, sendo certo que tal exigência foi imposta a todos os participantes, logo, pelo princípio da isonomia deveria ter sido cumprida pela Recorrida”, **no entanto tais alegações não merecem prosperar.**

Em respeito à ampla defesa e ao contraditório, respeitam-se as tentativas e argumentos da empresa por ora Recorrente em apresentar suas considerações a respeito da decisão desta Comissão de Licitação, mas conforme será exposto a seguir, a insistência em reconhecer supostas irregularidades existentes na condução do julgamento do certame e a insistência em declarar que a proposta/documentação apresentada pela Recorrida não preenche o exigido pelo Edital, devem ser tão logo rechaçadas.

III – DOS FUNDAMENTOS PARA REJEIÇÃO DO RECURSO

Preliminarmente, o Recurso Administrativo apresentado pela empresa licitante não deve ser processada e julgada, **pois os seus fundamentos legais apresentados foram motivados pela Antiga Lei de Licitações, Lei nº 8.666/93, que está revogada desde do início do presente ano.**

E ainda, o Edital do Pregão Eletrônicoº. 272/2023 que rege o presente certame é expressamente editado nos termos da Nova Lei de licitações de nº 14.133/2021, vejamos o preâmbulo do referido Edital:



Tel.: (28) 3535-1170
comercial.destaque@hotmail.com

Rua Átila Vivácqua, s/nº - Centro
Presidente Kennedy - ES

1. PREÂMBULO

1.1 Torna-se público para conhecimento dos interessados que o MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ, sediado na Av. Alberto Braune, 225, Centro, Nova Friburgo, RJ, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS com participação AMPLA, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO critério de julgamento GLOBAL, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 2021, com aplicação subsidiária, da Lei Complementar nº 123/06, Decreto Federal nº 11.462/ 2023, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. (grifo nosso)

Logo, o Recurso apresentado pela empresa **COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA** não deve ser recebido e processado por falta de fundamento jurídico, devendo **ser recusado**.

III.1 – Da desnecessidade da apresentação do Certificado SIF - DIPOA

A empresa Recorrente faz falsas acusações de que a empresa **COMERCIAL DESTAQUE LTDA** deixou de apresentar o Certificado SIF-DIPOA descumprindo assim o item 19.3 do Edital do Pregão Eletrônico nº 272/2023.

Porém, bem fez a Comissão de Licitação, quando em consonância com a legislação que rege a espécie, além da farta jurisprudência, entendeu que a empresa Recorrida **COMERCIAL DESTAQUE LTDA** atendeu **todas às exigências editalícias**.

Inicialmente, convém esclarecer que para a obtenção do Selo SIF (Serviços Inspeção Federal), o estabelecimento precisa solicitar o registro junto ao DIPOA (Departamento de inspeção de produtos de origem animal). No entanto, o Certificado SIF-DIPOA se mostra compulsório unicamente para **aqueles responsáveis na produção ou preparação de alimentos de origem animal, ou**



Tel.: (28) 3535-1170
comercial.destaque@hotmail.com

Rua Átila Vivácqua, s/n° - Centro
Presidente Kennedy - ES

seja, os fabricantes e para as casas atacadistas que desejam comercializar internacionalmente produtos de origem animal, de acordo com as diretrizes da Lei n° 1.283/50, instituído pelo Decreto n° 9.013/17, artigo 23, § 2° e artigo 247, §1° do referido Decreto:

Art. 23, § 2° Para os fins deste Decreto, entende-se por casa atacadista o estabelecimento registrado no órgão regulador da saúde que receba e armazene produtos de origem animal procedentes do comércio internacional prontos para comercialização, acondicionados e rotulados, para fins de reinspeção, dotado de instalações específicas para a realização dessa atividade.

Art. 427. Todo produto de origem animal produzido no País ou importado deve ser registrado no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

§ 1° O registro de que trata o caput abrange a formulação, o processo de fabricação e o rótulo. (grifamos)

No caso em tela, a empresa Recorrida não se dedica à comercialização internacional nem à fabricação de produtos de origem animal, o que torna impraticável a obtenção do Selo SIF junto ao departamento DIPOA.

Para tanto, é saliente mencionar que a marca do Leite em Pó Eurolat, fabricada pela MILKA VITTA – COMERCIDO E INDUSTRIA LTDA, vencedora do certame e aprovada na amostra, está devidamente dotada do certificado SIF-DIPOA, pois esta sim é uma empresa que fabrica e comercializa internacionalmente produtos de origem animal, como comprovado no Certificado SIF-DIPOA da referida empresa:



Tel.: (28) 3535-1170
comercial.destaque@hotmail.com

Rua Átila Vivácqua, s/n° - Centro
Presidente Kennedy - ES



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
DIVISÃO DE CADASTRO E REGISTRO DE ESTABELECIMENTOS

TÍTULO DE REGISTRO

Certifico que a Empresa MILK VITTA - COMERCIO E INDUSTRIA LTDA com UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE LEITE E DERIVADOS - L3G Localizada em CATANDEUVA Estado SÃO PAULO está registrada no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA, sob nº 5486 de acordo com as exigências dos dispositivos regulamentares em vigor.

Brasília - DF, 21 de setembro de 2023.

Processo nº 21000.033313/2023-19

| | |
|---|--------------------------------|
| Processo SEI número: 21000.033313/2023-19 | Documento SEI número: 31131956 |
|---|--------------------------------|



Documento assinado eletronicamente por **DOUGLAS HAAS DE OLIVEIRA**, Diretor(a) do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - Substituto(a), em 21/09/2023, às 18:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **31131956** e o código CRC **929AC28A**.

No entanto, conclui-se que não é competência de a empresa Recorrida obter o SIF-DIPOA, na verdade é irrealizável o registro no DIPOA, para a emissão do Selo SIF, já que não é perfil da empresa Comercial Destaque LTDA, uma vez que a empresa não é fabricante de produtos de origem animal, nem mesmo casa atacadista que realiza comércio internacional de produtos de origem animal.

Ademais, é relevante ressaltar que a marca do Leite em pó ganhador do certame, o Eurolat fabricado pela MILKA VITTA – COMERCIO E INDUSTRIA LTDA, é do mesmo fabricante da marca Romano, esta última ofertada



Tel.: (28) 3535-1170
comercial.destaque@hotmail.com

Rua Átila Vivácqua, s/nº - Centro
Presidente Kennedy - ES

pela empresa Recorrente. Não Obstante, a diferença de preço da proposta entre a Recorrida e a Recorrente chega a mais de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), sendo evidente que a proposta da Recorrida se mostra mais vantajosa para o ente Público.

III.II – Da restrição a competitividade

As exigências de habilitação nos processos licitatórios têm como parâmetro fundamental o art. 37, XXI, da Constituição Federal, que limita as exigências de qualificação técnica e econômica às '*indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações*', com o objetivo evitar a restrição da competitividade do certame, vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - *ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.* (grifo nosso)

A exigência do Certificado SIF-DIPOA às empresas que não são fabricantes e que realizam comércio internacional de alimentos de origem animal ferem os critérios de razoabilidade, posto que impede a participação de



Tel.: (28) 3535-1170
comercial.destaque@hotmail.com

Rua Átila Vivácqua, s/n° - Centro
Presidente Kennedy - ES

outros competidores, pois, dá critério causador de desvantagem. Observa-se que a Lei proíbe terminantemente exigência que exclua, proíba ou priorize a participação de determinadas concorrentes.

Sendo assim, o Ente deve habilitar o licitante que oferece melhor qualidade e menor preço sendo que essas exigências de documentação equivocada ou desnecessária é incoerente e errônea ferindo justamente a finalidade maior de aquisição da Administração através da Modalidade Pregão que é o Menor Preço de bens comuns.

Em suma, é preciso evitar formalismos excessivos e injustificados a fim de impedir a ocorrência de danos ao erário e valorizar a economicidade e vantajosidade da proposta, como vemos o artigo 11 da Lei Federal nº 14.133/2021:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

- I - **assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública**, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;
- II - **assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição**;
- III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;
- IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável. *(grifo nosso)*

Por consequente, admita-se que a Administração deve trabalhar no escopo de obter sempre o maior número de propostas possíveis, na busca da proposta mais vantajosa, sobretudo no caso do Pregão em epígrafe, no qual já se sabe que a proposta em questão detém uma oferta mais vantajosa, não pode a Administração fechar os olhos às vantagens pecuniárias e decidir onerar desnecessariamente os cofres públicos por mero formalismo burocrático.



Tel.: (28) 3535-1170
comercial.destaque@hotmail.com

Rua Átila Vivácqua, s/nº - Centro
Presidente Kennedy - ES

Caro pregoeiro como já confirmado, essa empresa foi declarada vencedora do certame por apresentar o menor preço e a documentação para habilitação prevista no Edital, tendo a proposta mais vantajosa, além do mais é vedado aos entes públicos admitir atos que frustrem a competitividade e estabelecer preferências em razão da naturalidade, sede ou do domicílio dos licitantes, nos termos do artigo 9º da Lei nº 14.133/2021:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

- a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
- b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
- c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

É premente lembrar que o processo licitatório é algo sério e o ponto primordial é atender com a proposta mais vantajosa e não a mais formal, não podendo permitir que o excesso de formalidade inabilite um licitante que obedeceu a todas as diretrizes do Edital do Pregão Eletrônicoº. 272/2023.

Cumprе salientar que não é obrigatoriedade de a empresa Recorrida ter o certificado SIF-DIPOA, como já posicionado na presente contrarrazão, não obstante o Tribunal de Contas da União – TCU posiciona-se fervorosamente contra o excesso de formalismo:

As exigências para o fim de habilitação devem ser compatíveis com o objeto da licitação, evitando-se o formalismo desnecessário. Caberia, no máximo, por parte da instituição promotora da licitação "promover diligência destinada a esclarecer a questão, indagando da empresa a utilização ou não de menores aprendizes", o que não configuraria irregularidade,



Tel.: (28) 3535-1170
comercial.destaque@hotmail.com

Rua Átíla Vivácqua, s/nº - Centro
Presidente Kennedy - ES

qualquer que fosse a resposta obtida. Por conseguinte, votou pelo provimento dos recursos de revisão intentados, e, no ponto, pela rejeição das justificativas apresentadas pelos responsáveis envolvidos, levando o fato em consideração para votar, ainda, pela irregularidade das contas correspondentes, sem prejuízo de aplicação de multa, o que foi aprovado pelo Plenário. Precedente citado: Acórdão no 7334/2009 – 2a Câmara.

"É certo que se o edital de uma licitação fixa determinado requisito, deve-se considerar importante tal exigência. Esse rigor, contudo, não pode ser aplicado de forma a prejudicar a própria Administração ou as finalidades buscadas pela licitação. A licitação possui como objetivos primordiais: assegurar a igualdade de oportunidades entre os interessados e proporcionar a escolha da proposta mais vantajosa para o Poder Público. Precedente citado: Acórdão no 2302/2012 – TCU – Plenário.

Diante do que fora aqui explanado, corroborado com a jurisprudência dominante, tem-se que as razões recursais da empresa Recorrente não merecem prosperar.

IV - DOS PEDIDOS

Pelo exposto, requer seja processada e julgada a presente CONTRARRAZÃO para que seja mantido o ato da Comissão que habilitou a empresa licitante **COMERCIAL DESTAQUE LTDA** no Processo do Pregão Eletrônicoº. 272/2023, uma vez que resta demonstrado que atendeu integralmente as exigências do edital, e por consequência, que seja **NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela licitante **COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA**;

Requer também que a Peça Recursal apresentada pela empresa



Tel.: (28) 3535-1170
comercial.destaque@hotmail.com

Rua Átila Vivácqua, s/nº - Centro
Presidente Kennedy - ES

Recorrente seja julgada totalmente improcedente, visto que fora fundamentada pela Antiga Lei de Licitações, Lei nº 8.666/93, hoje revogada.

Nestes termos,
Pede deferimento

Presidente Kennedy-ES, 05 de fevereiro de 2024

JULIANA
MONTEIRO
SILVA FRAGA
05942327750

Assinado digitalmente por JULIANA
MONTEIRO SILVA FRAGA 05942327750
DN: C=BR, OU=Videoconferencia,
OU=41346277000156, OU=AC SyngularID
Múltipla, CN=JULIANA
MONTEIRO SILVA FRAGA 05942327750
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024-02-05 14:48:06
Forix Reader Versão: 8.3.0

COMERCIAL
DESTAQUE
LTDA:
10613588000102

Assinado digitalmente por COMERCIAL DESTAQUE
LTDA 10613588000102
DN: C=BR, OU=Videoconferencia,
OU=41346277000156, OU=AC SyngularID Múltipla,
CN=COMERCIAL DESTAQUE LTDA
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024-02-05 14:48:18
Forix Reader Versão: 8.3.0